Editorial

Em todo o país, sucedem-se as discussões nos meios políticos, empresariais, sindicais e comunitários, nas escolas, universidades e associações acadêmicas sobre as necessidades impostas pela consolidação democrática, exigências dos novos paradigmas produtivos, demandas da população e o estado dramático em que se encontra, de uma forma geral, a educação. Diante do desafio de alterar esse quadro, tanto o governo federal como diversos Estados vêm dedicando uma atenção crescente às questões educativas, analisando alternativas para obter melhores resultados desde o ensino fundamental até a pós-graduação. Não é raro que se indique a urgência da reformulação do sistema vigente, com a introdução de novas políticas públicas e o emprego mais generalizado da avaliação.

Certamente pela gravidade da situação e o anseio por mudanças, está sendo formada, pouco a pouco, a união imprescindível para construir um projeto educacional mais consentâneo com as necessidades e as aspirações e no sentido de que sejam dados os primeiros passos para a sua implementação.

Esta revista se alinha decididamente nessa direção, ao enfocar as políticas públicas e a avaliação como elementos básicos para o alcance da qualidade na educação. Na verdade, essa tem sido a perspectiva da Fundação Cesgranrio, que sempre considerou e tratou a avaliação como um valioso instrumento para conhecer a realidade educacional e, conseqüentemente, melhorar a formulação, implementação e acompanhamento das políticas educativas. Explicitando tal orientação, a Cesgranrio conta, hoje, com um complexo de unidades que, alicerçando-se no seu Centro de Avaliação, se concentra nas políticas públicas de educação (Fórum de Educação, Sociedade e Cidadania) e de cultura (Instituto Cultural Cesgranrio). Para nós, a avaliação é meio para a consecução de altos padrões em educação e, portanto, para que o país se classifique entre os de maior igualdade no plano da cidadania e da qualidade de vida.

Fiel às preocupações acima, o presente número de ***Ensaio*** *se concentra particularmente na área da avaliação, procurando continuar contribuindo para que se adotem as políticas públicas mais apropriadas para os problemas que nos afligem nos dias que correm.*

O primeiro artigo, de Jacques Schwartzman, examina os pressupostos, a metodologia, os resultados e as implicações do "ranqueamento" das universidades brasileiras, com base em um novo ranking. No segundo, Sonia Grego apresenta e discute a sistemática de avaliação das universidades britânicas, concluindo com recomendações para o caso do Brasil.

No terceiro, de Philip Fletcher, o leitor vai deixar o ensino superior, passar para o ensino básico e encontrar os fundamentos da Teoria de Resposta ao Item (mais conhecida simplesmente como TRI), principal metodologia empregada para retratar os problemas da avaliação e da repetência e gerar as políticas de enfrentamento correspondentes. No quarto, Ruben Klein e Sérgio Costa Ribeiro questionam a trajetória da "pedagogia da repetência" ao longo das décadas. E no quinto artigo, Juan Tijiboy apresenta a avaliação de projetos municipais dentro da perspectiva da avaliação dialética responsiva.

Na seção "Página Aberta", José Leão Falcão Filho trata da avaliação dos professores, ou seja, das velhas e difíceis questões de "quem avalia os avaliadores"? e "como? ".

Na seção "Pesquisa em Síntese", o artigo de Maria Clara Salgado Gama se apóia na teoria das inteligências múltiplas, já focalizada no artigo de Ruben Klein e Sérgio Costa Ribeiro, e descreve o Projeto Futura, que se vale das técnicas escolares para pôr em prática uma nova concepção de atendimento escolar.

Para encerrar, "Documento" reproduz, primeiro, a contundente análise de Helena Bomeny sobre o curso de Pedagogia, confirmando as conclusões e reforçando as propostas da Comissão de Especialistas do MEC para a área de Educação publicados no número 5. E, em seguida, o relatório encaminhado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento apresentando os princípios, orientação e metodologia do elogiado trabalho que a Cesgranrio vem realizando com meninos de rua, que tem na avaliação o elemento central para um experimento de política educacional.

Carlos Alberto Serpa de Oliveira
Editor